

Tema 3. Política Fiscal e a Crise Econômica Internacional

Classificação: **2º Lugar**

Valor do Prêmio: R\$ 10.000,00(dez mil reais), certificado e publicação da monografia

Autor: **Raphael Rocha Gouvêa (representante)**

Mestre em Economia - USP

Técnico de Planejamento e Pesquisa - Ipea

Coautor: Bernardo Patta Schettini

## **Resultado Fiscal Estrutural: um passo para institucionalização de políticas anticíclicas no Brasil**

**Resumo:** Esta monografia desenvolve um modelo de estimação do balanço fiscal ajustado ao ciclo econômico para o Brasil a partir da metodologia padrão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de adaptações sugeridas em Marcel et al. (2001) com base na experiência chilena. Esta metodologia, além de balizar as metas fiscais da maioria das economias desenvolvidas, permite que se decomponham os resultados fiscais convencionais entre componente cíclico e componente estrutural, de modo que se possa avaliar corretamente quais variações decorrem de fatores exógenos e quais podem ser atribuídas a políticas discricionárias, expansionistas ou contracionistas.

No modelo aplicado ao Brasil, ajustamos diversas séries trimestrais das receitas fiscais tanto pelo ciclo econômico quanto pelas flutuações cíclicas nos preços do petróleo. As estimações das tendências de médio prazo do PIB e do petróleo Brent foram feitas com filtro HP, enquanto as estimativas das elasticidades das receitas se basearam em modelos lineares e não-lineares apropriados para lidar com as quebras estruturais que marcam a economia brasileira, o que constitui um diferencial em relação a outros estudos aplicados. No caso do petróleo, também desenvolvemos uma regra determinística baseada nos preços para estimar o componente estrutural das receitas de royalties e participações especiais. As despesas com seguro-desemprego, a exemplo do Chile, não sofreram ajustes, uma vez que as mesmas têm apresentado comportamento pró-cíclico.

Os ajustes realizados permitem limpar a série de superávit primário do governo central e das administrações públicas dos desvios cíclicos ocorridos entre 1997 e 2010 e, dessa forma, obter a evolução efetivamente estrutural do resultado fiscal. Em resumo, as estatísticas indicam que o período analisado foi marcado por dois grandes ciclos de política fiscal: um primeiro de contração fiscal, que se prolongou até o final de 2005, e outro de expansão fiscal, a partir de 2006. Os cálculos realizados com as elasticidades mais conservadoras também mostram que a expansão fiscal de 2009, durante a crise, teria sido de aproximadamente 0,7% do PIB na esfera federal e 0,2%-0,4% do PIB no consolidado da administração pública. O fato de a expansão global ser menor do que na esfera federal evidencia que estados e municípios teriam respondido de forma pró-cíclica à crise para compensar a perda de receitas e que, portanto, a reação anticíclica teria sido apenas da União.

Os resultados parciais de 2010, por sua vez, indicam que a expansão fiscal na administração pública sofreu um impulso neste ano (de 0,2%-0,4% para 0,8%-0,9% do PIB). Desta vez, entretanto, são principalmente os governos regionais que puxam o resultado fiscal estrutural para baixo, provavelmente em função da proximidade das eleições.

Por fim, é importante destacar que a metodologia aqui proposta constitui uma ferramenta indispensável para aprimorar a política fiscal no Brasil, tornando-a menos pró-cíclica. Tanto é assim que, atualmente, o próprio FMI divulga suas estatísticas para o Brasil e outros países baseados no resultado estrutural e não mais nas estatísticas convencionais.